



Número: **0800696-86.2020.8.18.0046**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Cocal**

Última distribuição : **14/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA (AUTOR)		CAMILA DA SILVA ROCHA (ADVOGADO) FRANCISCO JOSE ARAUJO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12523 738	14/10/2020 17:14	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
12523 896	14/10/2020 17:14	<a href="#">DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
12523 930	14/10/2020 17:14	<a href="#">PROCESSO ADMINISTRATIVO BOM</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVIL E CRIMINAL DA COMARCA DE COCAL – PI.**

**MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA**, brasileira, viúva, trabalhadora rural aposentada, inscrita no RG nº 1.234.707 SSP/PI e CPF nº 730.031.233-00, residente e domiciliada na Localidade Gameleira, s/n, zona rural do município de Cocal – PI, por seus procuradores e advogados “in fine” assinado, legalmente constituídos na forma definida pela procuração Ad judícia, em anexo, com endereço profissional constante no rodapé, onde recebe citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, e com fulcro na Lei nº 6.194/74, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede localizada na Rua Senador Dantas, n. 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 Andar, Centro, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

**I- PRELIMINARMENTE**

**I.I- DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA ECONÔMICA**

Inicialmente, afirma a Autora que de acordo com o artigo 4º da Lei nº 1.060/50, com redação introduzida pela Lei nº 7.510/86, não tem condições de arcar com eventual ônus processual sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

É o entendimento jurisprudencial:

JUSTIÇA GRATUITA – Necessidade de simples afirmação de pobreza da parte para a obtenção do benefício – Inexistência de incompatibilidade entre o art. 4º da Lei n.º 1.060/50 e o art. 5º, LXXIV, da CF. Ementa Oficial: O artigo 4º da Lei n.º 1.060/50 não colide com o art. 5º, LXXIV, da CF, bastando à parte, para que obtenha o benefício da assistência judiciária, a simples afirmação da sua pobreza, até a prova em contrário (STF – 1ª T: RE n.º 207.382- 2/RS; Rel. Min. Ilmar Galvão; j. 22/04/1997; v.u) RT 748/172. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – Justiça Gratuita – Concessão de benefício mediante presunção iuris tantum de pobreza decorrente de afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo e honorários do advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família – Admissibilidade – Inteligência do artigo 5º, XXXV e LXXIV, da CF. A



CF, em seu artigo 5º, LXXIV, inclui entre os direitos e garantias fundamentais a assistência jurídica integral e gratuita pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos; entretanto, visando facilitar o amplo acesso ao Poder judiciário (artigo 5º, XXXV, da CF), pode o ente estatal conceder assistência judiciária gratuita mediante a presunção iuris tantum de pobreza decorrente da afirmação da parte de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (STF – 1ª T.; RE n.º 204.305-2 – PR; Rel. Min. Moreira Alves; j. 05.05.1998; v.u) RT 755/182. ACESSO À JUSTIÇA – Assistência Judiciária – Lei n.º 1.060, de 1950 – CF, artigo 5º, LXXIV. A garantia do artigo 5º, LXXIV – assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos – não revogou a assistência judiciária gratuita da Lei n.º 1.060/1950, aos necessitados, certo que, para a obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família. Essa norma infraconstitucional põe-se, ademais, dentro do espírito da CF, que deseja que seja facilitado o acesso de todos à Justiça (CF, artigo 5º, XXXV) (STF – 2ª T.; RE n.º 205.029-6 – RS; Rel. Min. Carlos Velloso; DJU 07.03.1997) RT 235/102.

## **II- DA SITUAÇÃO FÁTICA**

A Requerente foi esposa do Sr. JOSE PEREIRA DA COSTA, portador do RG nº 2007643958 SSP/CE e CPF nº 154.698.698-73, falecido em 23/01/2017, vítima de acidente de trânsito fatal, quando foi atropelado por um moto, tudo comprovado com o Boletim de ocorrência e demais documentos inclusive laudo pericial do IML.

Saliente-se que o direito da Autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte do esposo.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório - DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

Nesse sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo esposo o Sr. JOSE PEREIRA DA COSTA, culminado com o óbito, a Requerente, esposa do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para fazer valer o seu Direito.

Art. 3º- Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e



suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte; Art. 4º – A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento se rá feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Assim, resta claro que o Requerente deve ser indenizado pelo seguro, como medida de direito.

Neste sentido, vejamos nossa Jurisprudência:

"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE. PAGAMENTO AO ASCENDENTE. BENEFICIÁRIO LEGAL. QUITAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL. 1) Em observância à ordem de vocação hereditária (art. 1.829 do CC/2002), os parentes colaterais possuem legitimidade para pleitearem pelo pagamento do seguro DPVAT, desde que respeitado o direito de preferência dos descendentes, cônjuge e ascendentes. 2) O pagamento da indenização ao avô da vítima, legítimo beneficiário, extingue o direito das autoras." (TJ-MG - AC: 10431100027660001 MG, Relator: Marcos Lincoln, Data de Julgamento:

A ordem de vocação hereditária está disposta no art. 1.829, do Código Civil, vejamos:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; (Grifo Nosso)

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

**III - ao cônjuge sobrevivente;**

IV - aos colaterais.

Desse modo, a Requerente se revela como legitimada, bem como têm interesse processual, uma vez que a Requerida não pagou a Requerente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), indeferindo o pedido administrativo de pagamento do Seguro DPVAT.

#### **IV- PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

A Requerente pleiteou administrativamente o pagamento de indenização por morte, contudo, foi indeferido sob o argumento de que Requerente não havia enviado a documentação complementar solicitada. Ocorre que a Requerente juntou ao processo



administrativo toda a documentação necessária ao recebimento do seguro DPVAT.

Ora Excelência, foi enviado ao Réu, todos os documentos necessários aos termos da Lei que regula o seguro obrigatório, provando os fatos articulados na causa de pedir.

**V – DA LEGITIMIDADE DA AUTORA, SOLIDARIEDADE DE HERDEIROS CASO HAJA, CREDORES SOLIDÁRIOS PODEM EXIGIR O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA ART. 267 DO CC.**

No presente caso, os documentos evidenciam o atropelamento sofrido pelo esposo da Requerente, bem como do nexo de causalidade entre o sinistro, acidente de trânsito que vitimou o esposo da Requerente, e a teor da certidão de óbito do *de cujus*, comprovam que o mesmo deixou esposa e filhos.

**De outro Norte, os Tribunais já vêm decidindo que qualquer um dos herdeiros do falecido pode exigir o pagamento integral da indenização, por se tratarem de credores solidários.**

**Ademais, na eventualidade de outra pessoa ser herdeiro do falecido, esta deverá voltar-se contra aquele que recebeu o pagamento do seguro.**

Neste sentido:

**"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT AUTORES HERDEIROS NECESSÁRIOS PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE AFASTADA - CREDORES SOLIDÁRIOS PODEM EXIGIR O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA ART. 267 DO CC RECURSO PROVIDO.** I- O ordenamento jurídico não exige, em caso de existência de mais de um herdeiro, que todos ajuízem a ação, em litisconsórcio necessário. II- Os herdeiros são credores solidários da seguradora, podendo cada um deles exigir o cumprimento da obrigação em sua integralidade, nos termos do art. 267 do Código Civil, cabendo ao herdeiro que recebe o pagamento integral do seguro obrigatório responder aos outros pela parte que lhes caiba. III- O pagamento feito pela seguradora a exime da obrigação até o montante do que foi pago. Na eventualidade de outra pessoa ser herdeira da falecida, esta deverá voltar-se contra aquele que recebeu o pagamento do seguro. IV- Preliminar de ilegitimidade afastada, recurso conhecido e provido". (TJMS. Apelação n. 0801978-25.2017.8.12.0017, Nova Andradina, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, j: 05/12/2018, p: 06/12/2018)

**APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – PAGAMENTO INTEGRAL REALIZADO AOS HERDEIROS – CREDORES SOLIDÁRIOS – AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE**



**DO DEVEDOR NA HIPÓTESE DE SURGIR OUTROS HERDEIROS OU COMPANHEIRO – ART. 269 DO CÓDIGO CIVIL – RECURSO DESPROVIDO.** 1 – A despeito do atestado de óbito indicar o estado civil da de cujus como "ignorado", o pagamento integral da indenização do seguro DPVAT realizado aos herdeiros não possibilita que posteriormente tenha que adimplir novamente os valores, na hipótese de surgimento um eventual companheiro, haja vista tratar-se de solidariedade ativa sob o qual recai a regra do art. 269/CC. 2 – Recurso desprovido. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul TJ-MS - Apelação Cível: AC 0800235-79.2015.8.12.0039

#### **V - DA PERÍCIA**

Deixa de requerer perícia e, conseqüentemente, de formular quesitos periciais, por motivo de óbito do periciado, não havendo necessidade para tal fim.

#### **VI - DA APLICAÇÃO DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO.**

Noutro giro, o montante da condenação deverá ser corrigido monetariamente a contar da data do acidente, haja vista que a correção monetária tem como objetivo recompor o valor real do débito, por conta da desvalorização da moeda. Segundo o entendimento pacificado nas súmulas 43 e 54 do Superior Tribunal de Justiça, a correção monetária, índice que visa a recompor o valor real do débito, deverá incidir a partir da data do sinistro, vejamos:

Súmula 54: Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extra contratual.

Súmula 43: incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

Neste sentido é a jurisprudência:

**AGRAVO INOMINADO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 2009 INVALIDEZ PERMANENTE NA BASE DE 10%- SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - APELO DO RÉU PRETENDENDO A MODIFICAÇÃO DO TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA, BEM COMO RECONHECIMENTO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA PROVIMENTO PARCIAL DO APELO APENAS PARA MODIFICAR O TERMO INICIAL DOS JUROS PARA QUE INCIDAM DA CITAÇÃO - DECISÃO CORRETA COM BASE NA SÚMULA Nº 426 DO STJ - MANUTENÇÃO DO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA, PARA CONTAR DA DATA DO SINISTRO, NOS MOLDES DA SÚMULA Nº 43 DO STJ - SUCUMBÊNCIA CORRETAMENTE FIXADA - AGRAVO INOMINADO DESPROVIDO.**



**APELAÇÃO. Ação sumária de cobrança do seguro obrigatório DPVAT**, por incapacidade parcial permanente, consequente de acidente automobilístico. Observância dos critérios legais vigentes ao tempo do acidente (Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 8.441/92). Apuração do valor da indenização pelo percentual da perda, mediante perícia médica (verbete 233, da Súmula deste TJRJ). Correção monetária desde o evento danoso e juros moratórios fluentes da citação. Jurisprudência dominante. RECURSO AO QUAL SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO, NA FORMA DO ART. 557, § 1º-A, DO CPC.

**Direito Civil. Seguro DPVAT.** Agravo retido. Honorários Periciais. Decisão agravada que fixou a verba em R\$ 2.4880,00. Pretensão de redução. Decisão de acordo com o entendimento prevalente deste Tribunal. Agravo retido desprovido. Invalidez permanente parcial incompleta. Incidência do art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74. Correta aplicação, pelo juízo de primeiro grau, dos critérios estabelecidos em lei. Juros legais a contar da citação. Valor da indenização que deve ser fixado na data do evento, razão pela qual a correção monetária deverá fluir também a partir daquela data. Aplicação do Enunciado nº 161 da Súmula do TJERJ. Recurso desprovido

Dessa forma, requer que o valor a ser pago à autora seja atualizado, de acordo com a correção monetária devida, por tratar de questão de justiça.

#### **VII - DO PEDIDO**

Diante do exposto, o reclamante requer que Vossa Excelência se digne de:

- a) A designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), [VII](#), do [CPC/2015](#)
- b) O deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. [98](#) e seguintes do [CPC/2015](#);
- c) A citação do requerido por meio postal, nos termos do art. [246](#), inciso [I](#), do [CPC/2015](#);
- d) Seja a ação julgada procedente com a condenação da mesma ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos ), acrescidos de juros de mora, atualização monetária.
- e) Condenar as empresas ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, a serem fixados por este r. juízo.



**VIII – DAS PROVAS:**

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, em especial por prova documental, pericial e depoimento das partes e eventualmente de testemunhas, com ampla produção de prova, inclusive requisição e exibição de documentos, e tudo mais que seja necessário à fiel comprovação dos fatos aqui narrados.

**IX – DO VALOR DA CAUSA:**

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Parnaíba-PI, 14 de Outubro de 2020

***Dra. Camila da Silva Rocha***

***OAB-PI n° 7191***

***Dr. Francisco José Araújo***

***OAB-PI n° 7585***






## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RENDA

**MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA**, brasileira, viúva, trabalhadora rural aposentada, inscrita no RG nº 1.234.707 SSP/PI e CPF nº 730.031.233-00, residente e domiciliada na Localidade Gameleira, s/n, zona rural do município de Cocal – PI, **DECLARA**, com fins de pleitear os **BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, c/c art. 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), que é juridicamente pobre, eis que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; ciente de que pela falsa declaração de pobreza o declarante responde civil, penal e administrativamente, de conformidade com a legislação vigente.

Parnaíba – PI, 06 de Outubro de 2020.

  
Outorgante



**PROCURAÇÃO AD-JUDICIA**

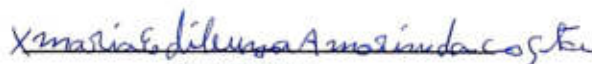
**OUTORGANTE:** MARIA EDILEUZA AMORIIM DA COSTA, brasileira, viúva, trabalhadora rural aposentada, inscrita no CPF sob o nº 730.031.233-00, portadora da Carteira de Identidade nº 1.234.707 SSP/PI, residente e domiciliado na Localidade Gameleira, s/n, zona rural do município de Cocal - PI.

**OUTORGADOS:** CAMILA DA SILVA ROCHA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB-PI sob o nº 7191; FRANCISCO JOSÉ ARAÚJO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB-PI sob o nº 7585, ambos com escritório profissional à Rua Dr. Francisco Correia, nº 914, Centro, CEP 64.200-270, em Parnaíba - PI.

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad juditia et extra, para o foro em geral, especialmente para propor **AÇÕES NA JUSTIÇA, ESTADUAL, FEDERAL E INSS** podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Parnaíba - PI, 06 de Outubro de 2020.

  
Outorgante

Rua Dr. Francisco Correia, 914, Centro, Parnaíba/PI

(86) 99403-5336

(86) 99971-2495

999310884 whatsapp



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"




*Maria Edileuza Amorim da Costa*

1071948

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 1.234.707 DATA DE EMISSÃO: 02/05/17

NOME: MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

FILIAÇÃO: SEBASTIANA NEVES COSTA

NATURALIDADE: COCAL-PI DATA DE NASCIMENTO: 01/01/1963

DOC. ORIGEM: CERT. CASAM. 794 L 15 F 55

CPF: 730.031.233-00

EXP. COCAL-PI 19/05/10

1071948

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.290/83

Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE ARAUJO - 14/10/2020 17:14:30

http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20101417114563400000011847522

Número do documento: 20101417114563400000011847522



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal



CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

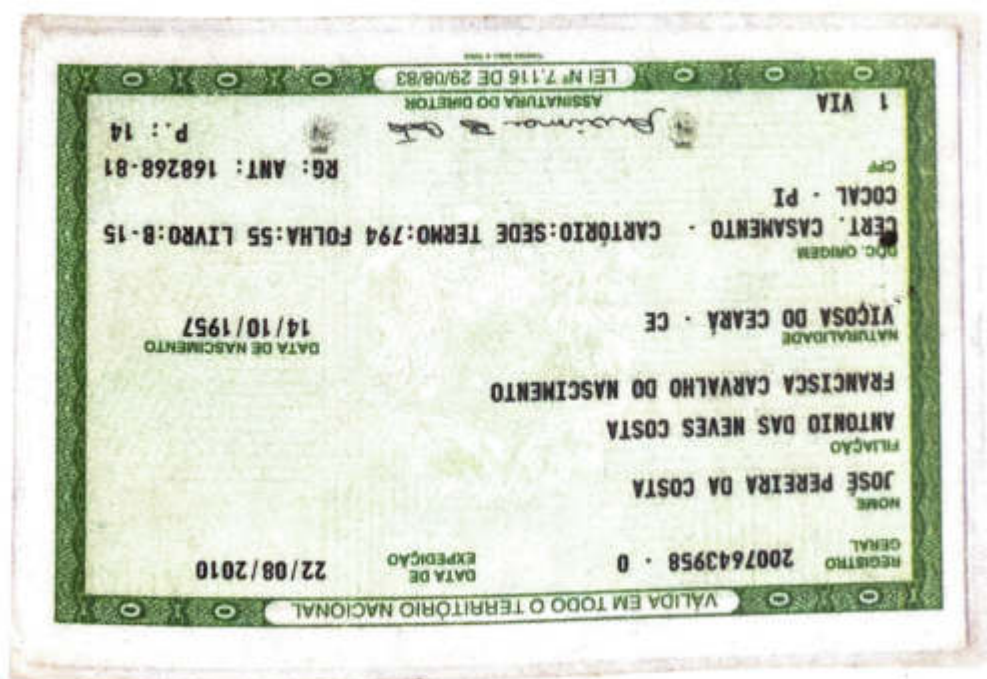
Nº de Inscrição

730031233-00

Data do Nascimento

01/01/63







**SINDICATO DOS  
TRABALHADORES RURAIS  
AGRICULTORES(AS) FAMILIARES  
DE COCAL - PI**



Órgão sind. de 1º grau Lei 4214 de 02/03/63-Carta  
ass. Exmº Sr. Min do Trab e Prev Social  
Reg. no Órgão Federal: 9420100 Fund:27/05/1972  
Cnpj:07.244.411/0001-71  
AV. RAIMUNDO ALVES PEREIRA, 225  
COCCAL-PI Cep:64.235-000  
Tel:(86) 3362-1244 Fax:(86) 3362-1593  
Ficha 9488

*Jose Pereira da Costa*

**JOSE PEREIRA DA COSTA**

Assinatura do Presidente ou Representante Legal

<b>Data Nasc</b>	14/10/1957	<b>Data de Entrada</b>	18/05/2017	<b>Data Expedição</b>	18/05/2017
<b>Natural</b>	Natural	<b>UF</b>	CE	<b>Estado Civil</b>	CASADO
<b>VIÇOSA</b>	CE	<b>Del / Coord.</b>	CAMPESTRE		
<b>Conjuge</b>	MARIA EDILEUSA AMORIM DA COSTA				
<b>Filiação</b>	ANTONIO DAS NEVES COSTA				
<b>FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO</b>					
<b>Cart. Ident.</b>	20076439580	<b>CPF</b>	154.698.698-73	<b>Título</b>	18484351520
<b>CTPS</b>	046369-00004-CE				



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES

JOSÉ PEREIRA DA COSTA

MARIA EDILEUZA AMORIM

CPF  
154.698.668-73

CPF  
730.031.233-00

MATRÍCULA

078212 01 55 1982 2 00015 055 0000794- 55  
(LIVRO B: 15 TERMO: 794 FOLHA 55V)

Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiação dos cônjuges  
JOSÉ PEREIRA DA COSTA, BRASILEIRO, NATURAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - CE, NASCIDO EM BURITI - VIÇOSA DO CEARÁ-CE, EM QUATORZE (14) DO MÊS DE OUTUBRO (10) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE (1957), FILHO DE ANTONIO DAS NEVES COSTA E FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO.

MARIA EDILEUZA AMORIM, BRASILEIRA, NATURAL DE COCAL - PI, NASCIDA EM GAMELEIRA - COCAL-PI, EM PRIMEIRO (1º) DO MÊS DE JANEIRO (01) DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS (1963), FILHA DE SEBASTIANA NEVES COSTA.

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)

DEZESSEIS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE UM MIL NOVECENTOS E OITENTA E DOIS

DIA MÊS ANO  
16 12 1982

REGIME DE BENS DO CASAMENTO  
COMUNHÃO DE BENS

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)  
COM O MESMO NOME  
MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

AVERBAÇÃO: NESTA DATA FAÇO AVERBAÇÃO DO ÓBITO DO NUBENTE JOSÉ PEREIRA DA COSTA, OCORRIDO AOS 28.01.2018, REGISTRADO NO LIVRO C-144 FLS. 21 SOB Nº 28291. PARNABA - PI DOU.FE. COCAL, 10.10.2019

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	2007643958-0 1.234.707	22/06/2010 02/05/2017	SSP CE SSP PI	

\* As anotações de cadastro acima não dispensam a porta interessada da apresentação do documento original, quando exigido pelo órgão solicitante ou quando necessário para identificação de seu portador.

NOME DO OFÍCIO: 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL

OFICIAL

REGISTRADOR: MARIA ALZAIR LOPES ARAÚJO

MUNICÍPIO/UF: COCAL-PI

ENDEREÇO: RUA DOM PEDRO II N° 75 CENTRO

TELEFONE: (86)3362-1175

E-MAIL: cartoriovladimirlopesccocal@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Data e local: COCAL, PI, 05 de Fevereiro de 2020.

*Ivana Regia Vieira de Sousa*  
Assinatura do Oficial

2ª VIA

Cartório Wladimir Lopes  
MARIA ALZAIR LOPES ARAÚJO - TABELA 7  
CPF: 29.735.145.001-81 - CNIS: 78212  
RUA DOM PEDRO II, CENTRO - N° 75 COCAL - PIAUÍ, TEL: (86) 3362-1175

2ª VIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO de MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA e NOME INTERESSADO 2ª matrícula: 078212 01 55 1982 2 00015 055 0000794-55 em 05/02/2020. O presente ato só terá validade com o Selo ARL42371 - QVUD Consulte a autenticidade do selo em [www.tjpi.jus.br/portal/autenticar](http://www.tjpi.jus.br/portal/autenticar)

*Ivana Regia Vieira de Sousa*  
Ivana Regia Vieira de Sousa - Escrevente  
Selo: R\$ 0,00 PERM. JUR. R\$ 0,00 M.P. R\$ 0,00 TOTAL R\$ 0,00  
Emissão em: 05/02/2020 09:28:36

Ivana Regia Vieira de Sousa  
Escrevente Autorizada



ARPENBRASIL AA 016426872 BRP





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

**CERTIDÃO DE ÓBITO**

NOME  
**JOSÉ PEREIRA DA COSTA**

MATRÍCULA  
140624 01 55 2018 4 00144 021 0028291- 11

(LIVRO C: 144 TERMO: 28291 FOLHA: 21)

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
MASCULINO	BRANCA	CASADO, 60 ANOS
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
VIÇOSA DO CEARÁ-CE	RG: 2007843958-0 SSP-CE CPF nº 15489868973.	SM

**FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA**

FILIAÇÃO: ANTONIO DAS NEVES COSTA e FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO  
RESIDÊNCIA: POVOADO GAMELEIRA, ZONA RURAL, COCAL-PI

**DATA E HORA DE FALECIMENTO**

VINTE E OITO DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO ÀS 18:45

DIA	MÊS	ANO
28	01	2018

**LOCAL DE FALECIMENTO**

NO HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE, PARNABA-PI

**CAUSA DA MORTE**

INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA, INFECÇÃO RESPIRATÓRIA, TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO, ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO

**SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)**

CEMITÉRIO DO POVOADO GAMELEIRA - COCAL-PI

**DECLARANTE**

MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

**NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESOU O ÓBITO**

CHARLES PITTER ANDRADE SANTOS - 2484 PI

**OBSERVAÇÕES/AVERBAÇÕES**

TESTAMENTO: NÃO. BENS A INVENTARIAR: NÃO. DEIXA FILHOS: SIM. JOELMA, MARIA JOVANA, MARIA ELZEUDA, ANTONIO EUDES.  
CÔNJUGE: MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA. "NADA HÁ A RESSALVAR"

NOME DO OFÍCIO: 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL

OFICIAL(A): MARIA AUXILIADORA FURTADO BALUZ

MUNICÍPIO: PARNABA-PI

ENDEREÇO: RUA HUMBERTO DE CAMPOS Nº 828 CENTRO-NORTE

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dado e  
Data e local: PARNABA, PI, 05 de Fevereiro de 2018.

*Luízia Alves Machado*  
Assinatura do Oficial

**LUÍZIA ALVES MACHADO**  
Escritor Autorizada



ARPENBRASIL AA 008639627 BRP



(/)

Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

## Seguro DPVAT Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

**Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.**

### **SINISTRO 3190359481 - Resultado de consulta por beneficiário**

**VÍTIMA** JOSE PEREIRA DA COSTA  
**COBERTURA** Morte

Chat

<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

1/4



## PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO

SEGURADORA LIDER DPVAT - SINISTROS ESPECIAIS

**BENEFICIÁRIO** MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

**CPF/CNPJ:** 73003123300

**Posição em 06-10-2020 11:00:14**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



([https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)

[l=pt&ls=1&mt=8](https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8))



DISPONÍVEL NO  
Google Play

([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

[id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

## ACESSIBILIDADE



(</Pages/Acessibilidade.aspx>)



(</Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx>)



Chat

<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

2/



Assinado eletronicamente por: FRANCISCO JOSE ARAUJO - 14/10/2020 17:14:30

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20101417114563400000011847522>

Número do documento: 20101417114563400000011847522



Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1222 v. 1.0

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 101302.000360/2018-51**

Unidade de Registro: 2º DP DE PARNAÍBA

Resp. pelo Registro: Breno Bitencourt Ribeiro De Vasconcelos

Data/Hora: 29/01/2018 - 11:04

**DADOS DA OCORRÊNCIA**

Unidade Policial Responsável

Data/Hora

2º DP DE PARNAÍBA

28/01/2018 - 21:00

Tipo Local

EDIFÍCIO PÚBLICO

Município

PARNAÍBA

Bairro

RODOVIARIA

Endereço

RUA RICARDO COIMBRA, Nº: S/N

Complemento

Ponto de Referência

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE DE PARNAÍBA-PI

**DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS**

Nome: JOELMA AMORIM DA COSTA

Tipo Envolv.: NOTICIANTE/Noticiante

RG: 4577010 SSP PI

Mãe: MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA

Pai: JOSE PEREIRA DA COSTA

Endereço: POVOADO CAMPRESTRE DE BAIXO, Nº S/N

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: COCAL

Nome: JOSE PEREIRA DA COSTA

Tipo Envolv.: VITIMA FATAL

RG: 20076439580 SSP CE

Mãe: FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO

Pai: ANTONIO DAS NEVES COSTA

Endereço: LOCALIDADE GAMILEIRA, Nº S/N

Bairro: OUTROS - ZONA RURAL

Cidade: COCAL

**NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA**

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Morte acidental no trânsito.

**RELATO DA OCORRÊNCIA**

RELATA QUE EM HORA E DATA ACIMA MENCIONADA RECEBEU A NOTICIA DO FALECIMENTO DE SEU PAI JOSE PEREIRA DA COSTA, QUE NO DIA 23/11/2017 UMA MOTOCICLETA DE PLACA E CONDUTOR NAO IDENTIFICADA COLIDIU COM SEU PAI O SENHOR JOSE PEREIRA DA COSTA, FATO OCORRIDO NA LOCALIDADE GAMILEIRA NA CIDADE DE COCAL, SENDO QUE FOI SOCORRIDO POR UMA UNIDADE DO SAMU E LEVADA PARA O HOSPITAL DIRCEU ARCO VERDE NA CIDADE DE PARNAÍBA-PI ONDE FICOU INTERNADO NA UTI ATÉ A DATA DE 28/01/2018 ONDE VEIOU A ÓBITO.

Jonatas Nunes Dos Santos - Mat.  
AGENTE DE POLÍCIA

JOELMA AMORIM DA COSTA - Noticiante  
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

Boletim de Ocorrência emitido em: 03/07/2019 08:30 - SisBO@2011-2019 ATI

Página 1/1





Página Nº	_____
Rubrica	_____

Governo do Estado do Piauí  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
1º DRPC - Delegacia Regional de Polícia Civil  
Delegacia de Cocal  
Rua Reinaldo Marques, Nº 398, Bairro Centro, Cocal - PI, 642350-000



**CERTIDÃO DE ADITAMENTO E OCORRENCIA**  
**BOLETIM DE OCORRENCIA Nº 40-117535/2018**

**CERTIFICO**, A PEDIDO DA PESSOA INTERESADA E POR EXPRESSÃO DA VERDADE, QUE, NO BOLETIM DE OCORRENCIA NÚMERO 40-117535/2018, O CPF DA VÍTIMA FATAL É 154.698.698-73 EM VEZ DE 454.698.698-73, TENDO SIDO TAL CPF DIGITADO EQUIVOCADAMENTE.

COCAL-PI, 02 DE SETEMBRO DE 2019.

GCM-CLÁUDIO ROBERTO GOMES MAT. 0739  
RESPONSÁVEL PELO REGISTRO

PolOffice L15092016103811462c559a1116





SSP/PI - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
DELEGACIA GERAL  
GPI - GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR  
1º DRPC - DELEGACIA REGIONAL DE PARNÁIBA  
DELEGACIA DE COCAL  
Rua Reinaldo Marques, s/nº, Bairro Centro, Cocal-PI  
CEP 64235-000 / [cocal.dp@pc.pi.gov.br](mailto:cocal.dp@pc.pi.gov.br) / (86) 98102-3531

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 40-117535/2018

(BOLETIM ALTERNATIVO - ANEXO II DA PORTARIA Nº 009-GDG/NA-2016)

**BOLETIM VERSANDO SOBRE:** MORTE ACIDENTAL NO TRÂNSITO;

**LOCAL:** LOCALIDADE GAMELEIRA, ZONA RURAL DE COCAL-PI;

**DATA DO FATO:** 22/11/2017 HORÁRIO 21H:00;

**DATA DO REGISTRO:** 09/02/18 às 11:13 H;

**NOTICIANTE:** JOELMA AMORIM DA COSTA, UNIDA ESTÁVELMENTE, LAVRADOR, PORTADOR(A) DO CPF 007.808.993-00, NASCIDO NO DIA 16/04/1984, NATURAL DE COCAL, FILHO(A) DE MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA E JOSÉ PEREIRA DA COSTA, RESIDENTE DOMICILIADO NA LOCALIDADE CAMPESTRE DE BAIXO, ZONA RURAL DE COCAL-PI.

**VÍTIMA FATAL:** JOSÉ PEREIRA DA COSTA, CASADO, LAVRADOR, PORTADOR(A) DO CPF 454.698.698-73, NASCIDO NO DIA 14/10/1957, DATA DO ÓBITO 28/01/2018, NATURAL DE VIÇOSA DO CEARÁ-CE, FILHO(A) DE ANTÔNIO DAS NEVES COSTA E FRANCISCA CARVALHO, NASCIMENTO, RESIDENTE E DOMICILIADO NA LOCALIDADE GAMELEIRA, ZONA RURAL DE COCAL-PI.

**VEÍCULO ENVOLVIDO:** PREJUDICADO.

### RELATO DA OCORRÊNCIA

Relata o(a) noticiante que na data acima supracitada, seu pai estava andando as margens da estrada, próximo a Localidade Gameleira, Zona Rural de Cocal-PI; Que ele andava sozinho; Que então noticiante tomou o conhecimento que seu pai havia sido atropelado por um motociclista; Que ao chegar no local estava seu pai lesionado e a motocicleta no local; Que a noticiante acionou o SAMU; Que o motociclista já havia fugido do local; Que a noticiante acompanhou seu pai na viatura do SAMU; Que devido o nervosismo, esqueceu de anotar a placa da motocicleta; Que seu pai foi encaminhado pelo SAMU até o Hospital Dirceu Arcoverde; Que ao chegar no Hospital a vítima fora diagnosticada com TCE e fratura na tibia; Que no dia 28 de janeiro de 2018, veio a falecer devido o acidente. Era o que tinha a certificar.





## DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA SAMU

Declaro para os devidos fins de direito que o senhor (a), **JOSÉ PEREIRA DA COSTA**, 61 anos, casado, Natural de Viçosa do Ceará – PI, portador do RG 2007643958-0/SSP-PI, Data de Expedição 22/08/2010, CPF 154.698.698-73, o mesmo foi atendido pela Unidade de Suporte Básico de Urgência e Emergência – SAMU de Cocal – PI na Data de 22/11/2017. Paciente inconsciente, não reage a estímulos, afásico, alcoolizado, vítima de atropelamentos por moto com fratura em MIE, apresentando Hipotermia e escoriações pelo corpo. Paciente não fazia uso do Capacete. Paciente foi encaminhado para o Hospital Estadual Dircel Arcoverde – HEDA – Parnaíba - PI.

O mesmo é verdadeiro e dou fé pública.

Cocal, 26 de Fevereiro de 2018

Jwsceland de Brito Cardoso  
Coren-PI 305.503  
Enfermeiro

Enf. Jwsceland de Brito Cardoso  
Coordenador de Enfermagem do SAMU de Cocal – PI  
PN Nº 006/2017

Rua Dom Pedro I, Nº 85 – Bairro: Centro – CEP: 64235-000 / Cocal – Piauí – Brasil  
Fone: 86 3362-1479 E-mail: [smsaudecocal@hotmail.com](mailto:smsaudecocal@hotmail.com)



HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE DE PARNAÍBA


RELATÓRIO AO IML

ÓBITO DO PACIENTE JOSE PEREIRA DA COSTA

Paciente supracitado com 61 anos de idade, residente em Cocal/PI, admitido no Pronto Socorro deste nosocômio no dia 23 de NOVEMBRO de 2017, às 1:13h, trazido pelo "SAMU", com rebaixamento de nível de consciência, VÍTIMA DE ATROPELAMENTO.

Sofreu também fratura fechada de tíbia esquerda. Foi à ventilação Mecânica Invasiva (VMI). Tube Oro Traqueal (TOT), posteriormente traqueostomizado e nunca recobrou sua condição de dependente do ventilador, nem de suas funções neurológicas. Sofreu parada cardiorrespiratória às 13:45, submetido à reanimação.

Parnaíba-PI, 28 de JANEIRO de 2018

  
DR. MANOEL ALVES DA CRUZ SANTOS

CRM-PI 2196

Médico da UTI / ICBDA

1ª Via - IML  
2ª Via - Prontuário

Hospital Estadual Dirceu Arcoverde  
Rua Rodrigo Coimbra, nº 1650 - B. Redonda  
1801-1500-7188 - 04-15-470 - Parnaíba

LAUDO DE EXAME CADAVERÍCO.

- 1º - Quesito: Houve morte?  
2º - Quesito: Qual a causa da morte?  
3º - Quesito: Qual o instrumento ou meio que a produziu?  
4º - Quesito: Se foi produzida por veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou por meio insidioso ou cruel?  
5º - Quesito: Se a morte foi produzida por acidente de trânsito?  
6º - Quesito: Qual a data do óbito?  
7º Quesito: Outros dados julgados úteis?

Exame procedido no cadáver de Jose Pereira da Costa, RG 2007643958-D SSP CE, brasileiro, cearense, natural de Viçosa, filho de Antônio das Neves Costa e de Francisca Carvalho do Nascimento, residente e domiciliado no Povoado Gamaleira, zona rural, Cocat PI.

**HISTÓRICO:** segundo o B.O 101302/000360/2018 51, a vítima sofreu acidente automobilístico em 11/11/2017, tendo sido conduzido pelo SAMU, auxiliada, sendo admitido na UTI, onde veio a óbito em 28/01/2018.

**NECROPSIA:** cadáver do sexo masculino, de cor parda, estatura mediana, em algidez, com rigidez cadavérica e com a presença de livores, fixos no dorso e na região posterior dos membros superiores e inferiores.



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICO CIENTÍFICA  
INSTITUTO MÉDICO LEGAL GERARDO VASCONCELOS  
POSTO AVANÇADO DE PARNAÍBA-PI

Ad exame dos segmentos corporais externos:

- Cabeça: nada digno de nota.
- Pescoço: presença de incisão cirúrgica de traqueostomia.
- Tórax: nada digno de nota.
- Abdome: nada digno de nota.
- Membros superiores: nada digno de nota.
- Dorso: nada digno de nota.
- Genitais e pênis: nada digno de nota.
- Membros inferiores: presença de tala gessada em perna esquerda.

**DISCUSSÃO:** a vítima sofreu acidente automobilístico com fratura de perna esquerda e traumatismo crânio encefálico. A análise do prontuário do HEDA, mostra que a vítima foi admitida com abaixamento do nível de consciência, em decorrência do trauma craniano, tendo sido entubada para ventilação mecânica, não respondendo ao tratamento clínico. Evoluiu de forma ruim, tendo adquirido infecção respiratória, com posterior insuficiência respiratória, a qual a levou ao óbito.

**CONCLUSÃO:** óbito causado por insuficiência respiratória desencadeada por traumatismo crânio encefálico em decorrência de ação contundente causada por acidente automobilístico. Causa jurídica da morte: acidente.

Aos quesitos respondeu o perito:

1º Quesito: SIM.

2º Quesito: INSUFICIÊNCIA RESPIRATORIA.

3º Quesito: AÇÃO CONTUNDENTE.

4º Quesito: PREJUDICADO.

5º Quesito: SIM.

6º Quesito: 28 DE JANEIRO DE 2018.

7º Quesito: NÃO.

NUCLEO DO INSTITUTO  
MEDICO LEGAL DE PARNAIBA  
**RECEBIDO**

Matr./CPF: 293.810.000-2

Ass: [assinatura]

PERITO:

CHARLES PITTEZ ANDRADE SANTOS  
CRM-PI 2484 Matrícula SSP - 277485-2  
Parnaíba, 06 de Fevereiro de 2018.



CNPJ 02.409.978/0001-37

PLANO DE ASSISTÊNCIA FUNERÁRIA

PREVENTIVO LTDA.-ME-ME

Av. Álvaro Mendes, 1350

Nova Parnaíba - CEP 64.218-350

Parnaíba - Piauí

FUNERAL PREV

PLANO DE ASSISTÊNCIA FUNERÁRIA PREVENTIVO

AV. ÁLVARO MENDES 1350 - NOVA PARNAIBA

C.N.P.J. 02409978/0001-37 FONE: (86) 3323-8792

APONTAMENTO PARA REGISTRO DE ÓBITO

▶ FALECIDO: JOSE PEREIRA DA COSTA  
DATA DO FALECIMENTO: 28/01/2018  
DATA DE NASCIMENTO: 14/10/1957  
ENDEREÇO: POVOADO GAMELEIRA S/N  
BAIRRO: COCAL-PI  
PROFISSÃO: LAVRADOR  
RG: 2007643958-0 SSP-CE  
CPF: 154.698.698-73  
ESTADO CIVIL: CASADA  
CÔNJUGUE:

HORA: 18:45 HS  
IDADE: 60 ANOS

▶ DECLARANTE: MARIA EDILEUZA AMORIM DA COSTA  
PARENTESCO: ESPOSA  
ENDEREÇO: POVOADO GAMELEIRA S/N  
BAIRRO: COCAL-PI  
ESTADO CIVIL: CASADA  
PROFISSÃO: LAVRADORA  
RG: 1.234.707 SSP-PI  
CPF: 730.031.233-00

▶ PAI: ANTONIO DAS NEVES COSTA  
ESTADO CIVIL:  
PROFISSÃO:  
ENDEREÇO:  
BAIRRO:

VIVO: NÃO

MÃE: FRANCISCA CARVALHO DO NASCIMENTO  
ESTADO CIVIL:  
PROFISSÃO:  
ENDEREÇO:  
BAIRRO:

VIVO: NÃO

DEIXOU TESTAMENTO: NÃO  
QUANTOS? 04

DEIXOU BENS? NÃO  
INCAPAZES? NÃO

FILHOS? SIM  
HERDEIROS? NÃO

▶ NOME DO CEMITERIO QUE FOI SEPULTADO: POVOADO CAMPESTRE - GAMELEIRA - COCAL - PI.

NOME DOS FILHOS: JOELMA AMORIM DA COSTA; MARIA JOVANA AMORIM DA COSTA; MARIA ELIZEUDA AMORIM DA COSTA; ANTONIO EUDES AMORIM DA COSTA.

*Maria Edileuza Amorim da Costa*

PARNAIBA: 05/02/2018

A veracidade das informações aqui contidas é de inteira responsabilidade do declarante.

DECLARAÇÃO DE ÓBITO: 25962964-2



**1) Data do óbito** 12/01/2018 **2) Cartão SUS** **3) Hora** 14:00

**Nome do Falecido** **4) Nome da Mãe**

**Nome do Pai**

**5) Idade** 60 **6) Sexo** M - Masc. **7) Situação conjugal** 1) Solteiro **8) Situação civil** 1) Casado

**9) Data de nascimento** 12/01/1957 **10) Raça/Cor** 1) Branca **11) Situação conjugal** 1) Solteiro **12) Situação civil** 1) Casado

**13) Escolaridade (última série concluída)** 1) Sem escolaridade **14) Ocupação habitual** 1) Sem escolaridade **15) Ocupação habitual** 1) Sem escolaridade

**16) Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)** **17) Município de residência** **18) UF**

**19) Local de ocorrência do óbito** 1) Hospital **20) Estabelecimento** **21) Código CNEC**

**22) Endereço da ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)** **23) Município de ocorrência** **24) UF**

**25) Preenchimento exclusivo para óbitos fatais e de menores de 1 ano - informações sobre a mãe**

**26) Idade (anos)** **27) Escolaridade (última série concluída)** **28) Situação conjugal** **29) Situação civil**

**30) Número de filhos vivos** **31) Nº de semanas de gestação** **32) Tipo de gravidez** **33) Tipo de parto**

**34) Morte em relação ao parto** **35) Peso ao nascer** **36) Número da Declaração de Nascimento**

**37) Obito de mulher em idade fértil** **38) Assistência médica** **39) Diagnóstico confirmado por:**

**40) Causas da morte** **41) Parte I** **42) Causas antecedentes**

**43) Parte II** **44) Nome do Médico** **45) CRM** **46) Óbito atestado por Médico** **47) Município e UF do SVO ou IML**

**48) Tipo** **49) Tipo de local de ocorrência do acidente ou violência** **50) Fonte da informação**

**51) Descrição sumária do evento** **52) Endereço do local do acidente ou violência** **53) Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)** **54) Número** **55) Bairro** **56) Município** **57) UF**

**58) Cartório** **59) Município** **60) Declarante** **61) Testemunhas**

